



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

CONTRATO Nº 15/2022

CONTRATO N. 15/2022/TRE-RO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. [0003590-88.2021.6.22.8000](#)

PREGÃO ELETRONICO TRE-RO N. 012/2022

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO, ATRAVÉS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA L. A. VIAGENS E TURISMO LTDA ME, PARA FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO TRE-RO.

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – TRE-RO**, inscrito no CNPJ sob o n. **04.565.735/0001-13**, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889 – Baixa União, CEP: 76.805-901, em Porto Velho/RO, neste ato representado por sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, Cédula de Identidade RG e CPF (dados pessoais suprimidos em cumprimento à Lei 13.709/2018 – LGPD, e à Resolução TSE n. 23.650/2021), doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **L. A. VIAGENS E TURISMO LTDA ME** (nome fantasia: **TRAVEL & TOURS**), inscrito no CNPJ sob o n. **04.613668/0001-65**, com sede em Setor Hoteleiro Norte – Quadra 02 – Bloco A, Loja 230 – Térreo, Asa Norte, CEP: 70710-907 – Brasília - Distrito Federal, Telefone(s): (61) 3034-8585/(61) 3327-4066/(71) 99248-3875, E-mail(s): lucila@traveltours.com.br, neste ato representada por sua Sócia-Diretora, senhora **LUCILA MENDONÇA VALENTE**, brasileira, Cédula de Identidade nº e CPF (dados pessoais suprimidos em cumprimento à Lei 13.709/2018 – LGPD, e à Resolução TSE n. 23.650/2021), doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, por força do presente instrumento e em conformidade com: o Edital de Licitação respectivo e seus Anexos; o Ato de Autorização da Licitação constante no Despacho n. 304/2022-PRES/DG/GABDG, de 24/03/2022 (evento [0805696](#)); e o Termo de Homologação da Licitação constante no Despacho n. 529/2022-



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PRES/DG/GABDG, de 09/05/2022 (evento [0826429](#)), bem como nas demais normas indicadas na Cláusula “DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL” deste instrumento, têm entre si, justo e acordado, o presente CONTRATO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

(Artigo 55, I e XI, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – Este Contrato tem por objeto a prestação de serviço de agenciamento de viagens para fornecimento de passagens aéreas compreendendo os serviços de cotação, reservas, marcação, remarcação, emissão, cancelamento, para trechos nacionais e internacionais, visando atender as necessidades do TRE-RO, nas quantidades estimadas abaixo:

Objeto	Unidade de medida	Quantidade estimada
Fornecimento de passagens aéreas	Unidade	250

Subcláusula Primeira - O serviço se dará por meio de atendimento remoto (*sistema de cotação e reserva on-line, e-mail e telefone*).

Subcláusula Segunda - A quantidade anteriormente indicada é estimada, não obrigando a Administração à aquisição do total informado.

Subcláusula Terceira – A CONTRATADA deverá observar, entre outros, os critérios de sustentabilidade ambiental definidos para esta contratação, conforme detalhado no item 3.5 do Termo de Referência respectivo.

Subcláusula Quarta – A partir da assinatura deste contrato, a empresa CONTRATADA deverá atender as condições indicadas nos itens 5.1.6 até item 5.1.9 do Termo de Referência respectivo.

Subcláusula Quinta – Vinculam-se ao presente Contrato, independente de transcrição, as normas e disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico supramencionado e seus anexos, inclusive no Termo de Referência (TR)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

respectivo, e na proposta da CONTRATADA vencedora do mencionado certame, assim como seus anexos e documentações técnicas.

DO REGIME DE EXECUÇÃO

(Artigo 55, II, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA – A execução do objeto desta contratação será de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, realizada via modalidade de pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço, obtido por meio do maior desconto.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA IMPOSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

(Artigo 57, caput e seu §3º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA TERCEIRA – Este Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar de 13/05/2022, e não poderá ser prorrogado.

DO VALOR

(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUARTA – O valor total estimado deste contrato é de **R\$ 270.165,99** (duzentos e setenta mil cento e sessenta e cinco reais e noventa e nove centavos) para o período de vigência desta contratação, conforme proposta da CONTRATADA.

Objeto	Unidade de medida	Quantidade estimada	Desconto ofertado sobre o valor inicialmente estimado (em % com duas casas decimais)	Valor total líquido estimado deste contrato
Fornecimento de passagens aéreas	Unidade	250	19%	R\$ 270.165,99



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Primeira – Por tratar-se de mera estimativa de gastos, o valor acima não constitui, em hipótese alguma, compromisso execução em sua totalidade, razão pela qual não poderá ser exigido nem considerado como valor para pagamento mínimo, podendo sofrer alterações de acordo com as necessidades do TRE-RO, sem que isso justifique qualquer indenização à CONTRATADA.

Subcláusula Segunda – No valor supramencionado estão incluídos todos os custos e despesas, diretos ou indiretos, relativos a esta contratação como, por exemplo, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais e trabalhistas, seguros, treinamentos, lucro e todos os outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Contrato, conforme proposta da CONTRATADA.

Subcláusula Terceira As despesas com a execução do presente Contrato correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Eleitoral de Rondônia, na Funcional Programática: 02122003320GP0011 e 02061003342690001, e Natureza da Despesa: 33.90.33.01, conforme Notas de Empenho n.ºs. 2022NE000309, 2022NE000310, 2022NE000311, 2022NE000312, 2022NE000313 e 2022NE000314, todas de 10/05/2022, a serem reforçadas, caso necessário, e consoante resumo a seguir:

Descrição	Plano Interno
Passagens a servidores em deslocamentos a serviço da JE-RO	ADM PASSAG
Passagens a juízes em deslocamentos a serviço da JE-RO	ADM PASMEN
Passagens aéreas para os servidores na realização dos cursos - Capacitações SGP	RO CAPPAC
Passagens aéreas para os servidores e juízes - Eventos EJE-RO	RO CAPEJE
Passagens a juízes em deslocamentos a serviço da JE-RO nas eleições - 1º Turno	FUN PASMEN1
Passagens a servidores em deslocamentos a serviço da JE-RO nas	FUN



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

eleições - 1º Turno	PASSAG1
Passagens a servidores em deslocamentos a serviço da JE-RO nas eleições - 2º Turno	FUN PASSAG2

Subcláusula Quarta - Quanto a reajuste, revisão, reequilíbrio e outros tipos de alterações contratuais, deverá ser observado o que consta na Cláusula “DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL” deste instrumento.

DO PAGAMENTO

(Artigo 55, III, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUINTA - O pagamento do objeto do presente Contrato será efetuado mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento definitivo atestado no verso da Fatura/Nota Fiscal pelo Gestor ou Fiscal da contratação, sendo efetuadas as retenções legais e observado o que segue:

Subcláusula Primeira – Quanto ao faturamento, devem ser observadas as seguintes condições:

1. O faturamento deverá ser o somatório dos preços cobrados no momento da emissão de cada passagem aérea (inclusive bagagem despachada, quando houver), menos o percentual de desconto contratado, mais a taxa de embarque;
2. É vedada a cobrança de taxa DU, pois o critério é de maior desconto a partir de zero, o que é incompatível com cobrança de taxa. O desconto (a partir de zero) deve incidir sobre o valor estimado do contrato para efeito de proposta. A apuração, na execução, será sobre o valor da passagem;
3. Os valores cobrados pelas companhias aéreas para reembolso, reemissão e cancelamento de viagens serão repassados nas faturas mensais;
4. As faturas deverão ser tabuladas por centro de custo, nacional e internacional, por data de emissão, discriminando:
 - a) Número da requisição;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- b) Nome do passageiro;
- c) Companhia aérea;
- d) Número do bilhete;
- e) Valor da tarifa;
- f) Bagagem despachada;
- g) Desconto aplicado; e
- h) Taxas aeroportuárias.

5. Durante a vigência do contrato as partes poderão acordar novo formato e novos dados para tabulação na fatura dos serviços;

6. O pagamento será realizado em até 10 (dez) dias úteis após a entrega da fatura ao CONTRATANTE;

7. A CONTRATADA deverá apresentar as faturas para pagamento no 1º (primeiro) dia útil de cada mês; e

8. As faturas que apresentarem qualquer tipo de incorreção serão devolvidas e sua nova apresentação ocorrerá juntamente com a fatura subsequente.

Subcláusula Segunda – Quanto ao valor da tarifa, deverão ser observadas as seguintes regras:

1. O valor da tarifa a ser considerado será aquele praticado pelas concessionárias de serviços de transporte aéreo, inclusive quanto às classes promocionais, não sendo permitido nenhum acréscimo.
2. Serão repassadas ao CONTRATANTE as tarifas promocionais sempre que forem cumpridas as exigências para esse fim;
3. O valor vigente das tarifas, na data da emissão dos bilhetes de passagens, deverá ser comprovado mediante transcrição da tela do sistema de marcação;
4. Deverão ser entregues todas as notas fiscais ou faturas das companhias aéreas, relativas às passagens constantes das faturas, para fins de comprovação, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE;
5. Quando for verificado pelo gestor do contrato que o bilhete aéreo foi emitido com valor acima do constante do solicitado, a diferença respectiva deverá ser ressarcida ao CONTRATANTE, mediante desconto do referido valor, quando do pagamento da próxima fatura; e
6. A CONTRATADA repassará ao CONTRATANTE todas as vantagens e tarifas-acordo que celebrar com as companhias aéreas.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Terceira - Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá estar em situação de plena regularidade junto ao INSS, FGTS, FAZENDA FEDERAL, JUSTIÇA DO TRABALHO e CNJ.

Subcláusula Quarta - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços, podendo os valores relativos a essas obrigações ser descontados de pagamentos devidos à CONTRATADA.

Subcláusula Quinta - O CONTRATANTE não se obrigará a efetuar o pagamento de Faturas/Notas Fiscais em desacordo com o contratado e/ou não atestadas pelo Gestor/Fiscal do Contrato;

Subcláusula Sexta – Caso o CONTRATANTE identifique algum erro, divergência ou pendência que impeça o pagamento, notificará a CONTRATADA para a devida regularização, sendo que o prazo para pagamento será contado a partir da regularização do erro, pendência ou divergência identificados.

Subcláusula Sétima - Verificada a irregular situação fiscal da CONTRATADA, o CONTRATANTE notificará a CONTRATADA para regularizar sua situação, dando-lhe o prazo que entender necessário para a regularização, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas caso persista, de forma injustificada, a irregularidade apresentada;

Subcláusula Oitava - Caso a CONTRATADA não apresente regularidade fiscal no momento do pagamento ou incorra em outra hipótese que leve a instauração de procedimento de administrativo para apuração de responsabilidade, passível de aplicação de multa e outras penalidades por descumprimento de obrigação imposta, conforme sanções previstas neste instrumento, o pagamento poderá ser realizado com a retenção prévia da possível multa a ser aplicada, a qual ficará retida até a conclusão do procedimento de apuração de responsabilidade. No caso de não condenação, o valor retido será pago à mesma. (Acórdão n. 964/2012-Plenário, TC 017.371/2011-2, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, 25.4.2012).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Nona - Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Subcláusula Décima - Será observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/93.

Subcláusula Décima Primeira - O CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA que porventura não tenha sido acordada neste instrumento contratual.

Subcláusula Décima Segunda - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \qquad I = \frac{(6/100)}{365} \qquad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

Subcláusula Décima Terceira - A compensação financeira prevista na Subcláusula anterior será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

(Artigo 67, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEXTA – No TRE-RO, a gestão deste contrato será exercida pelo titular da Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP, e a fiscalização desta contratação será de responsabilidade do titular da Coordenadoria Técnica e de Pagamento - COTEP.

Subcláusula Primeira – Nos afastamentos dos titulares, as funções de gestão e de fiscalização deste contrato serão exercidas por seus respectivos substitutos.

Subcláusula Segunda – A atuação ou a eventual omissão da fiscalização durante a execução do contrato não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pelo seu cumprimento

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SÉTIMA – Além de observar e cumprir as obrigações estabelecidas no Termo de Referência, no Edital e anexos, obriga-se a Administração a:

1. Promover o acompanhamento e a fiscalização desta contratação, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA;
2. Atestar a execução do objeto por meio de gestor especificamente designado;
3. Recusar os serviços prestados em desacordo com o Termo de Referência, com o Edital do certame, com o contrato, com a proposta da contratada e/ou com os termos da requisição, sujeitando a contratada às sanções previstas;
4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas no Contrato;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5. Manter atualizados os documentos próprios dos registros de fornecimento que tenham sido realizados pela CONTRATADA;
6. Notificar a CONTRATADA em razão de qualquer descumprimento das obrigações assumidas neste contrato, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas, caso persista, de forma injustificada, a irregularidade;
7. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA;
8. Solicitar a prestação dos serviços objeto deste contrato, nos termos pactuados;
9. Notificar a CONTRATADA acerca de eventual conduta inconveniente de seus empregados quando da execução dos serviços ou na ocorrência de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;
10. Comunicar-se com a CONTRATADA preferencialmente por escrito;
11. Controlar a execução financeira da contratação, dentro dos limites, condições e prazos estabelecidos;
12. Analisar e se manifestar sobre eventuais pedidos de prorrogação de prazo quanto ao objeto contratado;
13. Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas a este contrato ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública; e
14. Cumprir as demais obrigações consignadas neste instrumento contratual e em seus anexos.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

(Artigo 55, IV, VII e XIII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA OITAVA – Além de observar e cumprir preços, prazos, condições e as demais obrigações estabelecidas no Termo de Referência, no Edital e anexos, obriga-se a contratada ao que segue:

1. Promover, mediante solicitação e no prazo de até 60 (sessenta) dias consecutivos, contados da solicitação, reembolso de passagens não utilizadas pelo CONTRATANTE;
2. Ao findar o contrato, se existente crédito em favor do CONTRATANTE que não possa ser abatido de fatura pendente, deverá o valor ser recolhido aos cofres do Tesouro Nacional através de Guia de Recolhimento da União – GRU;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3. Em caso a empresa não emita nota de crédito no prazo estipulado ou não informe o valor dos trechos não utilizados, o valor total do bilhete, pelo seu valor de face, glosar os valores devidos em fatura a ser liquidada;
4. Em caso de multa eventualmente cobrada pela companhia aérea, desde que devidamente comprovada, deduzir do valor do bilhete a ser reembolsado;
5. Observar as normas a que está sujeita a atividade de agenciamento de viagens, especialmente quanto ao fornecimento de passagens aéreas;
6. Pagar às companhias aéreas, nos prazos pactuados em suas avenças específicas, os bilhetes emitidos, ficando estabelecido que o CONTRATANTE não responderá, sob qualquer hipótese, solidária ou subsidiariamente, por esse pagamento;
7. Indicar, no prazo máximo de 1 (um) dia útil a contar da assinatura do contrato, o funcionário que ficará responsável pelo atendimento preferencial ao TRE-RO, no horário de 7h às 19h, considerando-se o fuso horário de Rondônia;
8. Indicar, no prazo máximo de 1 (um) dia útil a contar da assinatura do contrato, funcionário para atendimentos que se fizerem necessários fora do horário de expediente (inclusive aos sábados, domingos e feriados), com a indicação de número de telefone celular para contato, observando que:
 - 8.1. Os funcionários indicados deverão ter autonomia para resolver qualquer questão relacionada à prestação dos serviços contratados.
9. Enviar, no prazo máximo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação (telefônica ou por e-mail), cotação eletrônica à unidade solicitante do TRE-RO, onde constem todas as tarifas disponíveis para o trecho e na data pretendidos;
10. Reservar, emitir, marcar, remarcar, desdobrar, confirmar e reconfirmar as passagens aéreas para as rotas nacionais e internacionais, inclusive retorno, no prazo máximo de 4 (quatro) horas, a contar da solicitação, que conterà o valor das tarifas escolhidas preferencialmente segundo os critérios de menor preço/voos diretos;
11. Descumprido o prazo estipulado para a emissão da passagem, havendo majoração da tarifa em relação ao valor verificado na reserva, tal diferença será glosada pelo CONTRATANTE;
12. Efetuar reservas e emissão de bilhetes em caráter de urgência, quando solicitado pelo CONTRATANTE, que poderá ocorrer fora do horário de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

expediente, inclusive sábados, domingos e feriados, devendo o bilhete estar à disposição do viajante em tempo hábil para o embarque;

13. Reservar assentos em aeronaves de companhias aéreas que disponibilizarem esse serviço, sempre que possível na forma requerida, bem como orientar o TRE-RO quanto ao melhor roteiro, horário, frequência de voos e tarifas promocionais;

14. Fornecer, quando solicitado pelo TRE-RO, documento expedido pela companhia aérea que ateste a efetiva utilização do bilhete de passagem, relacionando o nome do usuário, o número do voo, o local, a data e a hora do embarque;

15. Adotar as medidas necessárias para o cancelamento de passagens e/ou trechos não utilizados, a partir de solicitação do CONTRATANTE;

16. No caso dos bilhetes de passagens não serem utilizados em decorrência de mudança de plano ou cancelamento das viagens autorizadas pelos gestores deste CONTRATO, emitidos, e pagos, reembolsar ao CONTRATANTE os valores devidos, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar do recebimento do e-mail de solicitação;

17. Substituir passagens (remarcação) quando ocorrer mudanças de itinerário de viagem ou de desdobramento de percurso, mediante solicitação do CONTRATANTE;

18. Quando houver aumento de custo, emitir ordem de débito pelo valor complementar;

19. Quando houver diminuição de custo, emitir ordem de crédito a favor do TRE-RO, a ser utilizada como abatimento no valor da fatura posterior, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da notificação;

20. Quando a alteração se der para atender a necessidade do passageiro, este deverá arcar com os custos, não devendo ser emitida cobrança ao CONTRATANTE;

21. Assegurar o fornecimento do(s) menor(es) preço(s) em vigor, praticado(s) por quaisquer das companhias aéreas do setor, mesmo que em caráter promocional, repassando todos os descontos e vantagens oferecidos que possam resultar em benefício econômico para o TRE-RO;

22. Apresentar alternativas viáveis, no caso de não haver disponibilidade de vagas nas datas e horários requisitados, bem como adotar outras medidas necessárias à confirmação das reservas solicitadas;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

23. Responsabilizar-se por eventuais transtornos ou prejuízos causados aos serviços do TRE/RO, decorrentes de ineficiência, atrasos ou irregularidades cometidas na execução dos serviços contratados;
24. Pagar os salários devidos aos seus empregados e todos os encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e quaisquer outras despesas, incidentes sobre o objeto desta contratação;
25. Observar as normas e regulamentos internos do CONTRATANTE;
26. Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, quando verificar condições inadequadas de execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua execução;
27. Comunicar, por escrito, eventual atraso ou paralisação dos serviços, apresentando razões justificadoras que serão objeto de apreciação pelo CONTRATANTE;
28. Acatar a fiscalização do CONTRATANTE, comunicando-o de quaisquer irregularidades detectadas durante a execução dos serviços;
29. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto e documento de interesse do CONTRATANTE, ou de terceiros, de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste contrato, devendo orientar seus empregados a observar rigorosamente esta determinação;
30. Não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado conhecimento em razão da execução dos serviços objeto deste contrato sem o consentimento, por escrito, do TRE-RO;
31. Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;
32. Apresentar os documentos fiscais de cobrança em conformidade com o estabelecido no contrato;
33. Manter atualizados seu endereço, telefones, e-mails e dados bancários para a efetivação de pagamentos;
34. Responsabilizar-se pelo fornecimento de passagens requisitadas por pessoas não credenciadas pelo TRE-RO para este fim;
35. Enviar, na data de assinatura deste contrato, relação atualizada de empresas aéreas afiliadas e nome dos seus contatos com as quais mantenham ajuste, informando, imediatamente, as inclusões, alterações e as exclusões que ocorrerem durante a vigência do contrato;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

36. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, ficando as supressões acima desse limite condicionadas a acordo entre as partes, observado o que segue:

36.1 Os limites de alteração à contratação serão considerados de forma isolada, ou seja, tomando-se o conjunto de reduções e o conjunto de acréscimos, sempre calculados sobre o valor original deste instrumento, sem que haja compensação entre eles, conforme reiterada decisões do TCU (Acórdãos 1.981/2009, 749/2010, 906/2012 e 517/2012 – Plenário);

37. Disponibilizar, no mínimo, 10 (dez) perfis de acesso ao sistema de cotação e reserva *on-line* utilizado, de forma a auxiliar as unidades do CONTRATANTE na seleção de voos e no gerenciamento das solicitações, bem como na fiscalização e execução do contrato;

38. Adotar os demais procedimentos necessários à boa execução do contrato;

39. Utilizar, desde que possível, a via digital para envio de formulários, bilhetes, correspondências e todos os demais documentos decorrentes da execução do contrato.

40. Comunicar por escrito e imediatamente ao CONTRATANTE a ocorrência de contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal;

41. Cumprir, no prazo estipulado na notificação expedida pelo fiscal ou gestor do contrato todas as determinações do CONTRATANTE, especialmente, quando se tratarem de adimplemento de obrigação prevista neste instrumento, sob pena de aplicação de penalidades;

42. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE, cabendo-lhe prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar reclamações formuladas;

43. Responsabilizar-se pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do Contrato, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato de o CONTRATANTE proceder à fiscalização ou o acompanhamento da execução dos referidos serviços; e

44. Cumprir as demais obrigações impostas contratualmente pelo TRE-RO.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Artigo 55, VII e IX, da Lei 8.666/93 e Artigo 7º da Lei 10.520/02)

CLÁUSULA NONA – Em caso de descumprimento das condições estabelecidas no Edital de Pregão Eletrônico respectivo e seus anexos, neste Contrato e nos documentos a este vinculados, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas Leis 10.520/02 e 8.666/93 e neste instrumento, conforme segue:

Subcláusula Primeira - Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520/02 e do artigo 49 do Decreto 10.024/2019, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, sujeitar-se-á à penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 05 (cinco) anos e, sendo o caso, será descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF por igual período, sem prejuízo das demais cominações legais e multa, a LICITANTE que:

- a) Quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta não assinar o contrato ou não apresentar situação regular, nos termos do edital;
- b) Deixar de entregar documentação exigida no edital;
- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Não mantiver a proposta;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Fizer declaração falsa; e
- g) Cometer fraude fiscal.

Subcláusula Segunda - Nos termos do artigo 86 da Lei 8.666/1993, nas hipóteses de atraso injustificado na execução dos serviços ou descumprimento de cláusula contratual, será aplicada multa nas seguintes condições:

- a) 10% (dez por cento) a cada hora de atraso no cumprimento dos prazos estabelecidos nos itens 9 e 10 da Cláusula Oitava deste contrato, calculada sobre o valor médio da cotação solicitada, ou sobre o valor total do bilhete não entregue, até no máximo de 60% (sessenta por cento); e
- b) 100% (cem por cento) calculada sobre o valor total dos bilhetes solicitados e não entregues.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Terceira - Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a Administração Contratante poderá, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, aplicar à contratada as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

Subcláusula Quarta - As sanções previstas neste instrumento podem ser cumuladas entre si e com as demais previstas na legislação correlata e outras previstas no Edital.

Subcláusula Quinta - As multas e demais sanções previstas, não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração CONTRATANTE e a terceiros;

Subcláusula Sexta - A recusa injustificada do cumprimento das obrigações previstas nesta seção, caracterizará a inexecução total deste instrumento.

Subcláusula Sétima - Caracterizada a inexecução parcial ou total da obrigação, poderá a Administração rescindir este instrumento e aplicar a CONTRATADA as demais penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93;

Subcláusula Oitava - Previamente à aplicação de multas moratórias, sendo primária a CONTRATADA e desde que presentes os requisitos definidos na



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IN TRE/RO n. 004/08, a Administração poderá aplicar somente a penalidade de Advertência.

Subcláusula Nona - Na aplicação das penalidades previstas, a Administração analisará os aspectos e requisitos traçados pela IN TRE/RO n. 004/08, podendo, diante da reiteração em descumprimentos das obrigações contratuais, aplicar de imediato as penalidades mais severas.

Subcláusula Décima - O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas, gerando custos em virtude de eventual aquisição ou contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais.

Subcláusula Décima Primeira- O valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA deverá ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União – GRU, à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação feita pelo CONTRATANTE.

Subcláusula Décima Segunda - Caso o valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA não seja quitado no prazo acima, deverá ser automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento. (Art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011).

Subcláusula Décima Terceira – Se o valor do pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Décima Quarta - De igual modo, caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

Subcláusula Décima Quinta - No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN (Art. 2º, § 2º da Lei 10.522/02).

Subcláusula Décima Sexta - Caso a CONTRATADA não recolha o valor informado na GRU no prazo estabelecido neste instrumento, o valor da multa será corrigido pela taxa SELIC e será providenciada a inscrição do débito na DAU (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01) ou no CADIN.

Subcláusula Décima Sétima - Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na DAU ou no CADIN, poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.

Subcláusula Décima Oitava - A CONTRATADA se submete às sanções deste instrumento, não a eximindo das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas na Lei n. 8.666/93, apuradas mediante o devido processo legal.

Subcláusula Décima Nona – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Subcláusula Vigésima - O procedimento para aplicação de sanções à CONTRATADA observará o devido processo legal administrativo e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

assegurar o contraditório e a ampla defesa à Contratada, bem como as regras contidas na Lei nº 8.666/1993 e na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>, ou qualquer normativo que venha a substituí-las, sendo que, da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida Instrução Normativa n. 04/2008/TRE-RO.

DA RESCISÃO CONTRATUAL

(Artigo 55, VIII e IX, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA– O presente Contrato poderá ser rescindido de pleno direito, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA, a exclusivo juízo do CONTRATANTE, à indenização dos prejuízos e multas que resultarem da paralisação dos serviços e às demais consequências previstas na seção “Das Sanções Administrativas” deste instrumento.

Subcláusula Primeira - A rescisão contratual poderá ser:

I. Por ato unilateral e escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e demais hipóteses aplicáveis a esta contratação;

II. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo nos autos, desde que haja conveniência da Administração; e

III. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

Subcláusula Segunda – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 7, de 18 de outubro de 2005, constitui também causa de rescisão contratual a contratação pela CONTRATADA, na vigência do contrato, de empregados, bem como a admissão em seu quadro societário de pessoas, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE-RO.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Terceira – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.

Subcláusula Quarta - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

(Artigo 65, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Este Contrato poderá ser alterado unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Primeira – Os preços permanecerão, em regra, invariáveis durante a vigência contratual. Excepcionalmente, porém, o valor deste instrumento poderá ser revisto, consoante dispõe o inciso II, “d”, do Art. 65 da Lei 8.666/93, cabendo à CONTRATADA o ônus da comprovação, de maneira robusta e suficiente, não sendo aplicável a requisições já efetuadas e serviços já realizados.

Subcláusula Segunda – A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da Carta-Contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.

Subcláusula Terceira – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Quarta - Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão deste Contrato para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Quinta – Havendo alteração unilateral deste Contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Sexta – Por se tratar de contrato de prestação de serviços por período de 12 (doze) meses, não há previsão de reajuste de preços, em nenhuma das modalidades.

Subcláusula Sétima – A CONTRATADA se obriga, ainda, a aceitar, no que for aplicável, as demais regras estabelecidas pela Lei 8.666/93 para as alterações dos contratos administrativos.

DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

(Lei Geral de Proteção de Dados n. 13.709/2018)

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Quanto à proteção de dados pessoais, deverá ser observado o que segue:

I - Os dados digitais envolvidos na presente contratação e suas aplicações estão sujeitos ao cumprimento da LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), bem como às suas atualizações e regulamentações.

A. Todas as partes envolvidas direta ou indiretamente nesta contratação, seus conselheiros, sócios, diretores, prepostos, funcionários, representados ou terceiros contratados, em comunhão de esforços, se comprometerão a prestar e tomar os serviços ora contratados de acordo com a LGPD.

B. As partes em questão, na qualidade de Agentes de Tratamento, adotarão todas as medidas necessárias para que as operações realizadas durante a prestação dos serviços contratados respeitem as diretrizes estipuladas pela LGPD, bem como os seus seguintes princípios: da finalidade; adequação;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

necessidade; livre acesso; qualidade dos dados; transparência; segurança; prevenção; responsabilização; e, prestação de contas.

C. Será assegurado aos titulares dos dados pessoais que, em decorrência do contrato ora instrumentalizado, tenham seus dados tratados pelas partes contratantes, os seguintes direitos:

1. Confirmação da existência do tratamento e acesso aos Dados Pessoais;
2. Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
3. Portabilidade dos seus dados pessoais a outro prestador de serviços ou produtos;
4. Eliminação dos Dados Pessoais de sua titularidade, ressalvadas as hipóteses de guarda para cumprimento de obrigação legal ou regulatória; e,
5. A revogação do consentimento para o Tratamento dos Dados Pessoais.

D. No intuito de garantir ao titular os direitos referidos acima, as Partes se comprometem a:

1. Manter total discrição e sigilo relativos às informações uma da outra recebidas e produzidas no decorrer da execução dos serviços ora contratados, comprometendo-se a não as divulgar, nem as fornecer a terceiros que não estejam descritos neste Contrato ou em seus anexos;
2. Tratar os dados pessoais dos titulares de acordo com os termos previstos na legislação, comprometendo-se a recolher, registrar, organizar, consultar ou transmitir tais dados apenas e somente nos casos em que o seu titular tenha dado o consentimento expresso e inequívoco;
3. Tratar os dados pessoais de modo compatível com as finalidades para as quais tais dados tenham sido fornecidos;
4. Conservar os dados pessoais apenas durante o período necessário à execução dos serviços contratados e/ou para atingir a finalidade pretendida, garantindo-se ao seu titular a respectiva confidencialidade;
5. Implementar as medidas técnicas e organizacionais necessárias para proteger os dados contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito;
6. Em caso de quebra ou suspeita de quebra de segurança que venha a expor, ou poder expor, ilicitamente os dados pessoais tratados, as Partes deverão imprimir seus melhores esforços para tomar todas as medidas cabíveis para investigar e resolver o ocorrido;
7. Garantir o exercício, pelos titulares dos dados pessoais, dos seus respectivos direitos;
8. Assegurar que os seus respectivos colaboradores ou os seus prestadores de serviços externos por si contratados e que venham a ter acesso a dados



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

personais no contexto do Contrato cumprem as disposições legais aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, designadamente, não cedendo ou divulgando tais dados pessoais a terceiros, nem deles fazendo uso para quaisquer fins que não os estritamente consentidos pelos respetivos titulares.

II. Ficam ambas as partes sujeitas às legislações vigentes na data da assinatura deste Contrato, bem como em caso de atualizações futuras;

III. Se, em decorrência de uma ordem judicial ou administrativa emanada por Autoridade Competente, qualquer uma das Partes for obrigada a fornecer quaisquer dados pessoais transmitidos pela contraparte, o respetivo Controlador deverá ser notificado a respeito dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

IV. As Partes comprometem-se por si, seus sócios, colaboradores e prestadores de serviços a adotar todas as medidas necessárias para garantir que os dados pessoais transmitidos pelo respetivo Controlador não sejam utilizados indevidamente, tampouco sejam alvo de apropriação indébita, roubo ou divulgação a pessoas não autorizadas, de forma que tais medidas devem garantir no mínimo:

1. A destruição dos dados pessoais transmitidos a pedido do Controlador e/ou do respetivo titular;
2. A destruição de todo dado pessoal e/ou informação excedente para as finalidades pretendidas, desatualizada ou errônea;
3. Registro atualizado do tratamento dos dados pessoais transmitidos pelo Controlador;
4. Registro acerca de qualquer situação que possa vir a pôr em risco os dados pessoais objeto de tratamento, o qual deverá ser apresentado ao respetivo Controlador em prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas;
5. A transferência definitiva dos dados objeto de tratamento, por parte do Controlador, para repositório de sua exclusiva escolha, sem a elaboração de qualquer tipo de cópia ou backup.

V. As Partes assumem a responsabilidade de assegurar e garantir ao respetivo Controlador que todos os seus funcionários e/ou prestadores de serviços que irão ou poderão ter acesso aos dados pessoais transmitidos pelo Controlador têm a obrigação formalizada documentalmente de não tratar tais dados em desacordo com as disposições constantes neste instrumento, garantindo-se ao Controlador o seu pleno e fiel cumprimento.

VI. Caso qualquer uma das Partes, sem incorrer em culpa, venha a ser responsabilizada judicial ou administrativamente por eventuais falhas no tratamento dos dados pessoais realizado pela contraparte, lhe será assegurado o direito de regresso por conta dos prejuízos que experimentar,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

sendo possível ainda buscar indenização suplementar perante o Poder Judiciário.

VII. Os responsáveis diretos pela segurança dos dados disposta nesta Cláusula, serão:

1. Pela CONTRATADA, o signatário deste contrato, o qual poderá ser futuramente alterado; e
2. Pelo CONTRATANTE, o servidor designado pela Administração do TRE-RO.

DA PUBLICAÇÃO

(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento de contrato e, se for o caso, de seus aditamentos no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Esta contratação fundamenta-se no artigo 4º, XXII, da Lei 10.520/2002 e à execução do presente contrato e aos casos omissos aplicar-se-ão o disposto no Edital de Pregão Eletrônico supramencionado e seus Anexos, nas Leis 8.666/1993 e 10.520/2002, nos Decretos Federais 3555/2000, 9507/2018 e 10.024/2019, na Instrução Normativa SLTI/MPOG 05/2017, nas Resoluções TSE 23.234/2010, 23.323/2010 e 23.534/2017, na Resolução ANAC 400/2016, no Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e na Instrução Normativa TRE-RO 004/2008, e, de forma subsidiária, nas Leis 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), nas decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU e do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, assim como nas demais normas aplicáveis ao objeto deste instrumento.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula única – Não se aplicam ao objeto do presente instrumento os incisos VI e X do artigo 55 da Lei 8.666/93.

DO FORO

(Artigo 55, § 2º, da Lei 8.666/93)

CLAÚSULA DÉCIMA QUINTA – Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação deste Contrato ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Contrato, que após lida e achada conforme, foi assinada pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo:

Porto Velho/RO, 12 de maio de 2022.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo CONTRATANTE	LUCILA MENDONÇA VALENTE Pela CONTRATADA
Aldací Souza Mota Testemunha	Luciano da Silva Santos Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 12/05/2022, às 12:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **LUCILA MENDONÇA VALENTE, Usuário Externo**, em 12/05/2022, às 15:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 12/05/2022, às 15:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 12/05/2022, às 16:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0828816** e o código CRC **C221C511**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 2/2022 - PRES/DG/SGP/COTEP

1. INTRODUÇÃO

Em cumprimento ao disposto no artigo 3º, Incisos I a III, da Lei n. 10.520/2002, ao art. 3º, XI c/c o art. 8º, II do Decreto Federal n. 10.024/2019, Resolução ANAC n. 400, de 13.12.2016, Resolução TSE n. 23.323/2010 e na Instrução Normativa – TRE-RO n. 004/2008, elaboramos o presente Termo de Referência para contratação de serviço de fornecimento de passagens aéreas a este Tribunal.

2. OBJETO

2.1. O presente Termo de Referência tem como objeto a contratação de serviço de agenciamento de viagens para fornecimento de passagens aéreas compreendendo os serviços de cotação, reservas, marcação, remarcação,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

emissão, cancelamento, para trechos nacionais e internacionais, visando atender as necessidades do TRE-RO, nas quantidades abaixo:

Objeto	Medida	Quantidade	DESCONTO MÍNIMO (% com duas casas decimais)
Fornecimento de passagens aéreas	Unidade	250	14,93%

2.2 O serviço se dará por meio de atendimento remoto (*sistema de cotação e reserva online, e-mail e telefone*).

2.3 A quantidade é estimada, não obrigando a administração à aquisição do total informado.

3. JUSTIFICATIVA

3.1. O serviço de fornecimento de passagens aéreas é de vital importância para o cumprimento da missão institucional do TRE-RO dada a necessidade constante de deslocamento de magistrados e servidores para eventos preparatórios das eleições junto ao Tribunal Superior Eleitoral, treinamentos, reuniões de trabalho, participação em eventos em outras unidades da federação, bem como prover a vinda de palestrantes, servidores, instrutores e magistrados de outras localidades para a realização ou participação em eventos.

3.2. Registre-se que a efetivação dos deslocamentos necessários às atividades do TRE-RO não se dá unicamente com a aquisição do bilhete aéreo. Trata-se, efetivamente, da prestação de um serviço que compreende a cotação, reserva, remarcação, cancelamento e outros serviços correlatos.

3.3. Da mesma forma, a suspensão do fornecimento de serviço de cotação, reserva e fornecimento de passagens aéreas no TRE-RO inviabilizaria o cumprimento de sua missão institucional. Ao contrário da justiça comum, a atividade fim da justiça eleitoral não se encerra na prestação jurisdicional, somando-se a essa o planejamento, a execução e a avaliação dos pleitos eleitorais, cuja complexidade demanda constantes deslocamentos de magistrados e servidores ao TSE e a outros regionais para reuniões preparatórias, participação em grupos de trabalho, desenvolvimento de tecnologias, definição de estratégias, capacitação e elaboração de logística,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

por exemplo. Indubitavelmente, esse serviço reveste-se de natureza contínua na justiça eleitoral, haja vista o papel centralizador do Tribunal Superior Eleitoral, tanto na gestão orçamentária quanto na organização dos pleitos, o que demanda um intercâmbio ininterrupto com os regionais e sua descontinuidade teria o poder de inviabilizar a realização das eleições.

3.4. DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

3.4.1. Com relação ao planejamento e a objetividade, de observação obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa 04/2008 deste Tribunal, este Termo de Referência detalha a aquisição de forma objetiva e leva em consideração as necessidades reais e futuras relacionadas ao serviço, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário.

3.4.2. Além disso, o objeto deste Termo de Referência consta no Planejamento Anual das Contratações para 2022, e vem ao encontro à IDENTIDADE ESTRATÉGICA DO TRIBUNAL, estabelecida no PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026, a qual define a atuação e o propósito da instituição e orienta a estratégia, representada na Missão Organizacional, na Visão do Futuro e nos Valores:

- MISSÃO: Realizar Justiça.
- VISÃO DE FUTURO: Poder Judiciário efetivo e ágil na garantia dos direitos e que contribua para a pacificação social e o desenvolvimento do país.
- VALORES: Acessibilidade, agilidade, credibilidade, eficiência, ética, imparcialidade, inovação, integridade, segurança jurídica, sustentabilidade, transparência e responsabilização.

3.4.3. Objetivos Estratégicos:

- Garantia dos direitos fundamentais.
- Fortalecimento da relação institucional do Judiciário com a sociedade.
- Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional.
- Enfrentamento à Corrupção, à Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais.
- Promoção da Sustentabilidade.
- Comunicação eficaz.
- Transformação digital.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.
- Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas.
- Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira.
- Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados.

3.5. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

3.5.1 A Resolução CNJ n. 400/2021, define a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário cabendo aos órgãos do poder realizar a gestão do respectivo Plano de Logística Sustentável (PLS) através de suas unidades ou núcleos socioambientais. Neste Tribunal, o referido núcleo foi instituído através da Portaria n. 425/2017, de 7/7/2017.

3.5.2 No entanto, a referida Resolução **não estabeleceu critérios objetivos** que possam ser utilizados na mensuração da sustentabilidade exigida, o que nos leva a presumir que tais critérios de mensuração **deverão ser apresentados pelas unidades ou núcleos socioambientais**. Trata-se de árdua e demorada tarefa, pois as exigências devem ser mensuradas individualmente por serviço ou bem, levando em consideração as peculiaridades de cada item a ser adquirido e o órgão fiscalizador de cada produto, o que requer grande fonte de pesquisa.

3.5.3 Já o novo Decreto Federal n. 10.024/2019, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, materializa o **Princípio do Desenvolvimento Sustentável**, recentemente albergado no art. 3º da Lei n. 8.666/93, observado nas etapas do processo de contratação, em suas **dimensões econômica, social, ambiental e cultural**, no mínimo, com base nos planos de gestão de logística sustentável dos órgãos e das entidades.

3.5.4 De acordo com o art. 6º da IN MPOG n. 001/2010-SLTI, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na contratação de execução de serviços pela Administração Pública Federal direta, na contratação de serviços, a Administração Pública **poderá** exigir critérios de sustentabilidade ambiental.

3.5.5 Em razão do objeto deste TR e para cumprimento dessas normas, será exigido da contratada que utilize, desde que possível, a via digital para envio



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de formulários, bilhetes, correspondências e todos os demais documentos decorrentes da execução do contrato.

4 - DO CERTAME LICITATÓRIO

4.1 ADOÇÃO DA MODALIDADE DO PREGÃO ELETRÔNICO

4.1.1 Trata-se serviços comuns, posto que os padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos neste termo de referência por meio de especificações usuais no mercado, sendo certo afirmar que não haverá aferição de outros fatores que possam influenciar no preço final dos serviços. Dessa forma, com fundamento no Art. 1º da Lei nº 10.520/2010 e no Art. 1º do Decreto Federal n. 10.024/2019, entende-se que deverá ser adotada a modalidade de pregão, na forma eletrônica, do tipo MENOR PREÇO, obtido por meio do maior desconto, por item, sob o regime de empreitada por preço global, sob execução indireta, para a seleção da proposta mais vantajosa dos serviços pretendidos neste TR, para a qual deverá ser adotada modo de disputa por LANCES ABERTOS, com intervalo mínimo de 0,1% (um décimo por cento) entre os lances, na forma do Parágrafo único do Art. 31 c/c o Art. 32 do Decreto Federal n. 10.024/2019.

4.2 DO AFASTAMENTO REGIME DE EXCLUSIVIDADE NA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

4.2.1 O valor estimado da contratação excede R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), motivo pelo qual o certame **não** terá destinação exclusiva para ME/EPP, na forma da Lei Complementar n. 123/2006 e Decreto n. 8.438/2015.

4.2.2 AS ME/EPP's poderão participar com as demais regras de preferência.

4.3 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4.3.1 O julgamento das propostas será pelo maior desconto ofertado a ser aplicado sobre o valor do volume de vendas de passagens aéreas nacionais e internacionais, inclusive sobre as tarifas promocionais e reduzidas disponíveis no momento da compra, excluída a taxa de embarque.

4.3.2 Deverá ser observada, em quaisquer hipóteses, a exequibilidade das propostas, nos termos do artigo 44, § 3º, e artigo 48, II, da Lei n. 8.666/93.

4.4 DOS REQUISITOS ESPECÍFICOS DE HABILITAÇÃO

4.4.1 Qualificação econômica-financeira: Além das demais exigidas no edital, comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, quando quaisquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, informados pelo SICAF, for igual ou inferior a 1.

4.4.2 Habilitação técnica

4.4.2.1 Poderão participar do certame as agências de turismo Consolidadoras e Consolidadas, assim entendidas:

I - CONSOLIDADORAS: aquelas credenciadas pelas companhias aéreas e autorizadas, mediante Contrato de Fornecimento, a emitirem bilhetes de passagens aéreas e outras agências de turismo, nas classes econômicas e executivas, em âmbito nacional.

II - CONSOLIDADAS: Aquelas autorizadas a receberem, mediante Contrato de Fornecimento, bilhetes de passagens aéreas das consolidadoras, nas classes econômicas e executivas, em âmbito nacional.

4.4.2.2 Os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação complementar:

I - Atestado ou declaração de capacidade técnica, expedido por órgão ou entidade da administração pública ou por empresas privadas que comprovem que a empresa prestou, ou vem prestando, a contento, os serviços compatíveis com o objeto da licitação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II - Certificado de registro concedido pelo Ministério do Turismo, conforme previsto no art. 22 da Lei n. 11.771, de 17 de setembro de 2008, e ao artigo 18 do Decreto n. 7.381/2010.

III - Tratando-se de agência de viagem consolidada, cópia do contrato assinado com a agência de viagem consolidadora (Acórdão TCU 112/07 – Plenário).

IV - Declaração do próprio licitante, sob as penas da lei, de que está autorizado a emitir e comercializar passagens/bilhetes, no mínimo, das companhias **GOL, LATAM e AZUL**.

V - Declaração do próprio licitante com a descrição da estrutura de serviços **exclusiva** de agência de viagens, indicando, no mínimo, endereço e telefone comercial, horário de atendimento, número de funcionários administrativos e de atendimento, e outras informações que garantam condições de operacionalidade, funcionamento e cumprimento da contratação a ser firmada.

VI - Ato de registro perante a *International Air Transport Association* (IATA). Na hipótese de a licitante não dispor do registro perante a IATA, poderá apresentar registro da consolidadora ou declaração expedida pelas empresas internacionais de transporte aéreo regular, listadas na página da internet da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, obtida no site www.anac.gov.br, traduzidas por tradutor juramentado, se for o caso, comprovando que a licitante é possuidora de crédito direto e está autorizada a emitir bilhetes de passagens aéreas internacionais durante a vigência do contrato.

5 - DO CONTRATO

5.1 REGRAS GERAIS

5.1.1 Nos termos do artigo 62 da Lei n. 8.666/93, será lavrado contrato regulando a relação entre a Administração Contratante e a Contratada.

5.1.2 No ato da assinatura do contrato a licitante vencedora deverá apresentar regularidade junto ao **SICAF** e, caso não comprove, deverá exhibir, no prazo



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Conselho Nacional de Justiça. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF e de outras certidões, o contratado deverá regularizar a sua situação no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e neste termo de referência.

5.1.3 Verificada a conformidade dos documentos exigidos, a Administração disponibilizará por e-mail um canal eletrônico de comunicação de dados (link) para que a contratada realize seu cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações – SEI do TRE-RO.

5.1.4 Na eventualidade de problemas na utilização do SEI, a Administração remeterá, por e-mail, arquivo digital contendo o inteiro teor do contrato para impressão, assinatura e devolução direta ou via postal. Nessa situação, contar-se-á o prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data de confirmação de recebimento do e-mail pela contratada;

5.1.5 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

5.1.6 A Indicar, no prazo máximo de 1 (um) dia útil a contar da assinatura do contrato, o funcionário que ficará responsável pelo atendimento preferencial ao TRE-RO, no horário de 7h às 19h, considerando-se o fuso horário de Rondônia.

5.1.7 Indicar, no prazo máximo de 1 (um) dia útil a contar da assinatura do contrato, funcionário para atendimentos que se fizerem necessários fora do horário de expediente (inclusive aos sábados, domingos e feriados), com a indicação de número de telefone celular para contato.

5.1.8 Os funcionários indicados deverão ter autonomia para resolver qualquer questão relacionada à prestação dos serviços contratados.

5.1.9 Os dados previstos no item anterior devem ser mantidos atualizados pela contratada pelo e-mail cotep@tre-ro.jus.br.

5.1.10 O descumprimento injustificado, pela adjudicatária, das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, situação em que os licitantes remanescentes poderão ser chamados na ordem



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de classificação para fazê-lo em igual prazo e condições (§ 2º do art. 64 da Lei n. 8.666/93), sujeitando-se a adjudicatária, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado (**art. 7º da Lei n. 10.520/2002 - Não celebrar o contrato**).

5.1.11 À relação contratual, além das disposições previstas no respectivo Edital de Pregão, aplicam-se o disposto na Lei 8.666/93 e suas alterações subsequentes, no Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e a Instrução Normativa TRE-RO n. 004/08 e, supletivamente, a Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e as regras do Código Civil Brasileiro.

5.2 PRAZO DE VIGÊNCIA

5.2.1 O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de 12/05/2022.

6. VALOR ESTIMADO DO CONTRATO

6.1. Considerando os valores do atual contrato, o desconto mínimo previsto, possíveis aumentos nas tarifas, a disponibilidade orçamentária para 2022, capacitações, reuniões de trabalho e outras previstas para execução das atividades do Tribunal, estima-se o consumo de R\$.

UNIDADE	QTDE	VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO	DESCONTO MÍNIMO (% com duas casas decimais)	Valor líquido estimado R\$
Unidade	250	333.538,26	14,93%	283.741,00

6.2. Por tratar-se de mera estimativa de gastos, o valor acima não constitui, em hipótese alguma, compromisso futuro de contratação, razão pela qual não poderá ser exigido nem considerado como valor para pagamento mínimo, podendo sofrer alterações de acordo com as necessidades do TRE-RO, sem que isso justifique qualquer indenização ao CONTRATADO.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7. DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

7.1. A aquisição de passagens aéreas especificada no presente Termo de Referência está prevista no planejamento orçamentário do tribunal para o exercício de 2022, devendo a aquisição pleiteada ser custeada pelo orçamento ordinário conforme quadro abaixo:

Descrição	Plano Inter
Passagens a servidores em deslocamentos a serviço da JE-RO	ADM PAS
Passagens a juízes em deslocamentos a serviço da JE-RO	ADM PAS
Passagens aéreas para os servidores na realização dos cursos - Capacitações SGP	RO CAPPA
Passagens aéreas para os servidores e juízes - Eventos EJE-RO	RO CAPEJ
Passagens a juízes em deslocamentos a serviço da JE-RO nas eleições - 1º Turno	FUN PASM
Passagens a servidores em deslocamentos a serviço da JE-RO nas eleições - 1º Turno	FUN PASS
Passagens a servidores em deslocamentos a serviço da JE-RO nas eleições - 2º Turno	FUN PASS
TOTAL	

8. FATURAMENTO

8.1. O faturamento deverá ser o somatório dos preços cobrados no momento da emissão de cada passagem aérea (inclusive bagagem despachada, quando houver), menos o percentual de desconto contratado, mais a taxa de embarque.

8.1.1. É vedada a cobrança de taxa DU, pois o critério é de maior desconto a partir de zero, o que é incompatível com cobrança de taxa. O desconto (a partir de zero) deve incidir sobre o valor estimado do contrato para efeito de proposta. A apuração, na execução, será sobre o valor da passagem.

8.2. Os valores cobrados pelas companhias aéreas para reembolso, reemissão, e cancelamento de viagens serão repassados nas faturas mensais.

8.3. As faturas deverão ser tabuladas por centro de custo, nacional e internacional, por data de emissão, discriminando:

8.3.1. Número da requisição;

8.3.2. Nome do passageiro;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.3.3. Companhia aérea;

8.3.4. Número do bilhete;

8.3.5. Valor da tarifa;

8.3.6. Bagagem despachada;

8.3.7. Desconto aplicado; e

8.3.8. Taxas aeroportuárias.

8.4. Durante a vigência do contrato as partes poderão acordar novo formato e novos dados para tabulação na fatura dos serviços.

8.5. O pagamento será realizado em até 10 (dez) dias úteis após a entrega da fatura ao CONTRATANTE.

8.6. O CONTRATADO deverá apresentar as faturas para pagamento no 1º dia útil de cada mês.

8.7. As faturas que apresentarem qualquer tipo de incorreção serão devolvidas e sua nova apresentação ocorrerá juntamente com a fatura subsequente.

9. VALOR DA TARIFA

9.1. O valor da tarifa a ser considerado será aquele praticado pelas concessionárias de serviços de transporte aéreo, inclusive quanto às classes promocionais, não sendo permitido nenhum acréscimo.

9.2. Serão repassadas ao CONTRATANTE as tarifas promocionais, sempre que forem cumpridas as exigências para esse fim.

9.3. O valor vigente das tarifas, na data da emissão dos bilhetes de passagens, deverá ser comprovado mediante transcrição da tela do sistema de marcação.

9.4. Deverão ser entregues todas as notas fiscais ou faturas das companhias aéreas, relativas às passagens constantes das faturas, para fins de comprovação, sempre que solicitado pela CONTRATANTE;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9.5. Quando for verificado pelo gestor do contrato que o bilhete aéreo foi emitido com valor acima do constante do solicitado, a diferença respectiva deverá ser ressarcida à CONTRATANTE, mediante desconto do referido valor, quando do pagamento da próxima fatura.

9.6. O CONTRATADO repassará ao CONTRATANTE todas as vantagens e tarifas-acordo que celebrar com as companhias aéreas.

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

10.1. Promover, mediante solicitação e no prazo de até 60 (sessenta) dias consecutivos, contados da solicitação, reembolso de passagens não utilizadas pelo CONTRATANTE.

10.2. Findo o contrato, se existente crédito em favor do contratante que não possa ser abatido de fatura pendente, deverá o valor ser recolhido aos cofres do Tesouro Nacional através de Guia de Recolhimento da União – GRU.

10.3. Caso a empresa não emita nota de crédito no prazo acima estipulado ou não informe o valor dos trechos não utilizados, o valor total do bilhete, pelo seu valor de face, será glosado em fatura a ser liquidada.

10.4. Multa eventualmente cobrada pela companhia aérea, desde que devidamente comprovada, poderá ser deduzida do valor do bilhete a ser reembolsado.

10.5. Observar as normas a que está sujeita a atividade de agenciamento de viagens, especialmente quanto ao fornecimento de passagens aéreas.

10.6. Pagar às companhias aéreas, nos prazos pactuados em suas avenças específicas, os bilhetes emitidos, ficando estabelecido que o CONTRATANTE não responderá, sob qualquer hipótese, solidária ou subsidiariamente, por esse pagamento.

10.7. Indicar, no prazo máximo de 1 (um) dia útil a contar da assinatura do contrato, o funcionário que ficará responsável pelo atendimento preferencial ao TRE-RO, no horário de 7h às 19h, considerando-se o fuso horário de Rondônia.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10.8. Indicar, no prazo máximo de 1 (um) dia útil a contar da assinatura do contrato, funcionário para atendimentos que se fizerem necessários fora do horário de expediente (inclusive aos sábados, domingos e feriados), com a indicação de número de telefone celular para contato.

10.9. Os funcionários indicados deverão ter autonomia para resolver qualquer questão relacionada à prestação dos serviços contratados.

10.10. Enviar, no prazo máximo de duas horas, a contar da solicitação (telefônica ou por e-mail), cotação eletrônica à unidade solicitante do tribunal, onde constem todas as tarifas disponíveis para o trecho e na data pretendidos.

10.11. Reservar, emitir, marcar, remarcar, desdobrar, confirmar e reconfirmar as passagens aéreas para as rotas nacionais e internacionais, inclusive retorno, no prazo máximo de quatro horas, a contar da solicitação, que conterá o valor das tarifas escolhidas preferencialmente segundo os critérios de menor preço/voos diretos.

10.12. Descumprido o prazo estipulado para a emissão da passagem, havendo majoração da tarifa em relação ao valor verificado na reserva, tal diferença será glosada pelo CONTRATANTE.

10.13. Efetuar reservas e emissão de bilhetes em caráter de urgência, quando solicitado pelo CONTRATANTE, que poderá ocorrer fora do horário de expediente, inclusive sábados, domingos e feriados, devendo o bilhete estar à disposição do viajante em tempo hábil para o embarque.

10.14. Reservar assentos em aeronaves de companhias aéreas que disponibilizarem esse serviço, sempre que possível na forma requerida, bem como orientar o TRE-RO quanto ao melhor roteiro, horário, frequência de voos e tarifas promocionais.

10.15. Fornecer, quando solicitado pelo TRE-RO, documento expedido pela companhia aérea que ateste a efetiva utilização do bilhete de passagem, relacionando o nome do usuário, o número do voo, o local, a data e a hora do embarque.

10.16. Adotar as medidas necessárias para o cancelamento de passagens e/ou trechos não utilizados, a partir de solicitação do CONTRATANTE.

10.17. Os bilhetes de passagens que não forem utilizados em decorrência de mudança de plano ou cancelamento das viagens autorizadas pelos gestores



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

deste CONTRATO, emitidos, e pagos, serão reembolsados pela CONTRATADA no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar do recebimento do e-mail de solicitação.

10.18. Substituir passagens (remarcação) quando ocorrer mudanças de itinerário de viagem ou de desdobramento de percurso, mediante solicitação do CONTRATANTE.

10.18.1. Quando houver aumento de custo – emitir ordem de débito pelo valor complementar.

10.18.2. Quando houver diminuição de custo – emitir ordem de crédito a favor do TRE-RO, a ser utilizada como abatimento no valor da fatura posterior, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da notificação.

10.18.3. Quando a alteração se der para atender a necessidade do passageiro, este deverá arcar com os custos, não devendo ser emitida cobrança ao CONTRATANTE.

10.19. Assegurar o fornecimento do(s) menor(es) preço(s) em vigor, praticado(s) por qualquer das companhias aéreas do setor, mesmo que em caráter promocional, repassando todos os descontos e vantagens oferecidos que possam resultar em benefício econômico para o TRE-RO.

10.20. Apresentar alternativas viáveis, no caso de não haver disponibilidade de vagas nas datas e horários requisitados, bem como adotar outras medidas necessárias à confirmação das reservas solicitadas.

10.21. Responsabilizar-se por eventuais transtornos ou prejuízos causados aos serviços do TRE-RO, decorrentes de ineficiência, atrasos ou irregularidades cometidas na execução dos serviços contratados.

10.22. Pagar os salários devidos aos seus empregados e todos os encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e quaisquer outras despesas, incidentes sobre o objeto deste Edital.

10.23. Observar as normas e regulamentos internos do CONTRATANTE.

10.24. Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, quando verificar condições inadequadas de execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua execução.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10.25. Comunicar, por escrito, eventual atraso ou paralisação dos serviços, apresentando razões justificadoras que serão objeto de apreciação pelo CONTRATANTE.

10.26. Acatar a fiscalização do CONTRATANTE, comunicando-o de quaisquer irregularidades detectadas durante a execução dos serviços.

10.27. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto e documento de interesse do CONTRATANTE, ou de terceiros, de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste contrato, devendo orientar seus empregados a observar rigorosamente esta determinação.

10.28. Não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado conhecimento em razão da execução dos serviços objeto deste contrato sem o consentimento, por escrito, do TRE-RO.

10.29. Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

10.30. Apresentar os documentos fiscais de cobrança em conformidade com o estabelecido no contrato.

10.31. Manter atualizados seu endereço, telefones, e-mails e dados bancários para a efetivação de pagamentos.

10.32. Responsabilizar-se pelo fornecimento de passagens requisitadas por pessoas não credenciadas pelo TRE-RO para este fim.

10.33. Enviar na data de assinatura do contrato relação atualizada de empresas aéreas afiliadas e nome dos seus contatos com as quais mantenham ajuste, informando, imediatamente, as inclusões, alterações e as exclusões que ocorrerem durante a vigência do contrato.

10.34. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, ficando as supressões acima desse limite condicionadas a acordo entre as partes.

10.35. Disponibilizar, no mínimo, 10 (dez) perfis de acesso ao sistema de cotação e reserva *online* utilizado, de forma a auxiliar as unidades da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CONTRATANTE na seleção de voos e no gerenciamento das solicitações, bem como na fiscalização e execução do contrato.

10.36. Adotar os demais procedimentos necessários à boa execução do contrato.

10.37. Utilizar, desde que possível, a via digital para envio de formulários, bilhetes, correspondências e todos os demais documentos decorrentes da execução do contrato.

11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11.1. Promover o acompanhamento e a fiscalização desta contratação, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte do CONTRATADO.

11.2. Atestar a execução do objeto por meio de gestor especificamente designado.

11.2.1. Serão recusados os serviços prestados em desacordo com este Termo de Referência, com o Edital do certame, com o contrato, com a proposta da contratada e/ou com os termos da requisição, sujeitando a contratada às sanções previstas.

11.3. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas no Contrato, bem como será efetuado mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento definitivo ser atestado no verso da Fatura/Nota Fiscal pela Seção de Almoxarifado deste TRE-RO, sendo efetuadas as retenções legais.

a) No ato do pagamento, a contratada deverá apresentar situação de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, a Seguridade Social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça do Trabalho;

b) Nenhum pagamento será efetuado à futura contratada, enquanto pendente liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

preços, podendo os valores relativos a essas obrigações ser descontados de pagamentos devidos à futura contratada;

c) Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) / 365$$

$$I = (6/100) / 365$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

11.4. A compensação financeira prevista neste item será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

12. SANÇÕES

12.1. Se a licitante vencedora descumprir as condições do PREGÃO ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas Leis 10.520/02 e 8.666/93.

12.2. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520/02 e do artigo 28 do Decreto 5.450/2005, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, sujeitar-se-á à penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 05 (cinco) anos e, sendo o caso, será descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores -



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SICAF por igual período, sem prejuízo das demais cominações legais e multa, a LICITANTE que:

12.2.1. Quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta não assinar o contrato ou não apresentar situação regular, nos termos deste edital;

12.2.2. Deixar de entregar documentação exigida no edital;

12.2.3. Apresentar documentação falsa;

12.2.4. Não mantiver a proposta;

12.2.5. Comportar-se de modo inidôneo;

12.2.6. Fizer declaração falsa; e

12.2.7. Cometer fraude fiscal.

12.3. Nos termos do artigo 86 da Lei 8.666/1993, nas hipóteses de atraso injustificado na execução dos serviços ou descumprimento de cláusula contratual, será aplicada multa nas seguintes condições:

12.3.1. 10% (dez por cento) a cada hora de atraso no cumprimento dos prazos estabelecidos nos itens 10.10 e 10.11 deste termo de referência, calculada sobre o valor médio da cotação solicitada, ou sobre o valor total do bilhete não entregue, até no máximo de 60% (sessenta por cento); e

12.3.2. 100% (cem por cento) calculada sobre o valor total dos bilhetes solicitados e não entregues.

12.4. Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a Administração Contratante poderá, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, aplicar à contratada as seguintes penalidades:

12.4.1. Advertência;

12.4.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

12.4.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

12.4.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

13. RESPONSÁVEL PELO PROJETO E GESTOR DO CONTRATO

13.1. Secretaria de Gestão de Pessoas.

14. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

14.1. Coordenadoria Técnica e de Pagamento.

Em 7 de fevereiro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **RUBEM PINTO DE MELO, Coordenador(a)**, em 07/02/2022, às 14:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0788237** e o código CRC **0EE3B642**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0003590-88.2021.6.22.8000

INTERESSADO: COORDENADORIA TÉCNICA E DE PAGAMENTO - COTEP



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ASSUNTO: Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de passagens aéreas o TRE-RO – Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 49 / 2022 - PRES/DG/AJDG

I - RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Coordenadoria Técnica e de Pagamento – COTEP ([0762864](#)), objetivando a contratação de serviço de agenciamento de viagens para fornecimento de passagens aéreas, compreendendo os serviços de cotação, reservas, marcação, remarcação, emissão, cancelamento, para trechos nacionais e internacionais, por meio de atendimento remoto (sistema de cotação e reserva online, e-mail e telefone), nos moldes do Termo de Referência (TR) nº 2/2022- PRES/DG/SGP/COTEP ([0788237](#)).

02. A Seção de Licitações e Compras (SLC) realizou o levantamento dos valores estimados para a pretensa contratação, conforme pesquisa juntada no evento [0787629](#), sistematizado na **INFORMAÇÃO CONCLUSIVA SOBRE O VALOR ESTIMADO DA LICITAÇÃO** ([0799833](#)), chegando a previsão da média percentual de 14,93% de desconto.

03. O Estudo Técnico Preliminar (ETP) para a contratação pretendida foi juntado aos autos pela unidade demandante COTEP, no evento [0788235](#), bem como a minuta do TR ([0775591](#)), que após análise preliminar da unidade de exame do instrumento (COMAP), consta Solicitação de Diligência ([0787799](#) e [0799623](#)) para ajustes de ocorrências detectadas.

04. Atendida a solicitação de diligência, o Termo de Referência citado foi juntado aos autos pela COTEP ([0788237](#)), o instrumento contém a descrição do objeto, justificativa, critério de julgamento, vigência contratual, valor estimado, aderência ao planejamento orçamentário, faturamento, valor da tarifa, condições de participação, habilitação, obrigações das partes, sanções e acompanhamento e fiscalização do contrato.

05. Há manifestação de regularidade do Termo de Referência nº 2/2021 COTEP na análise da unidade COMAP ([0800914](#)). E, a programação orçamentária com a indicação da fonte orçamentária e financeira para suportar a despesa no exercício de 2022 foi justificada nos autos pela COFC ([0802968](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

06. Assim instruídos, por determinação da SAOFC (0788514), vieram os autos a esta Assessoria para emissão de parecer jurídico. **É o breve e necessário relato.**

II – ANÁLISE JURÍDICA

2.1 DA DEFINIÇÃO DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO

07. Quanto à definição da modalidade de licitação, o Tribunal de Contas da União, considerando o uso de Pregão Eletrônico, assim prescreve:

Acórdão 2172/2008 Plenário (Sumário) - A utilização da modalidade pregão é possível, nos termos da Lei nº 10.520/2002, sempre que o objeto da contratação for padronizável e disponível no mercado, independentemente de sua complexidade.

Acórdão 265/2010 Plenário - Utilize obrigatoriamente a modalidade pregão para aquisição e/ou contratação de bens e serviços comuns, ou seja, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, conforme regra ínsita no art. 1º, parágrafo único, da Lei no 10.520/2002, incluindo nessas características os bens e serviços de TI.

08. O Manual de Licitações & Contratos do Tribunal de Contas da União – 4ª edição estabelece:

Bens e serviços comuns são produtos cuja escolha deve ser feita com base somente nos preços ofertados, por serem comparáveis entre si e não necessitarem de avaliação minuciosa. (p. 62)

09. No tocante a este tema, a **Instrução Normativa MPOG n. 03, de 11/02/2015**, que dispõe sobre diretrizes e procedimentos para aquisição de passagens aéreas pela **Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional**, assim dispõe:

Art. 4º O objeto do agenciamento de viagens atenderá às demandas não contempladas pela aquisição direta de passagens viabilizada pelo credenciamento, aos casos em que houver impedimento de emissão junto à empresa credenciada ou aos casos emergenciais devidamente justificados no SCDP.

§ 1º **Por se tratar de serviço comum, a licitação será realizada, preferencialmente, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, podendo ainda, a critério do órgão solicitante, ser utilizado o Sistema de Registro de Preços – SRP.** (negritou-se)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10. Considerando que o valor estimado da contratação extrapola a situação de dispensa legal e, tratando-se de **serviço definido como comum**, cujos padrões de qualidade são **objetivamente** definidos no edital (**inciso II do art. 3º do Decreto Federal nº 10.024/19**) - o que se vislumbra no caso em exame, bem como o estabelecido no art. 4º, § 1º, da Instrução Normativa MPOG n. 03/2015, tem-se como imperiosa a adoção da modalidade **Pregão, em sua forma eletrônica**, em cumprimento ao **art. 1º, § 1º, do Decreto n. 10.024/19**, procedimento que, **salvo** comprovada inviabilidade de sua utilização, devidamente justificada pela autoridade nos autos, é a melhor opção para a contratação (**art. 1º, § 4º, do Decreto n. 10.024/19**).

11. Afasta-se o regime de exclusividade destinado às microempresas e empresas de pequeno porte, previsto no **art. 6º do Decreto 8.538/2015**, haja vista que o valor estimado da contratação ultrapassa o limite previsto no art. 6º do referido regulamento, vale dizer, **R\$ 283.741,00** (duzentos e oitenta e três mil setecentos e quarenta e um reais), previsto para o período de 12 (doze) meses do futuro contrato, conforme o item 6 do Termo de Referência em comento.

III – DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

12. No âmbito do Poder Judiciário, o normativo que aborda essa temática é a Resolução nº 400/2021 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, qual determina **institui a atual política a ser adotada**. Essa norma reforça a promoção das contratações sustentáveis com a integração dos aspectos ambientais, econômicos e sociais do desenvolvimento sustentável (art. 6º, §3º). Dispõe, ainda, que a fomentação de prática de sustentabilidade, racionalização e consumo consciente nesta seara é competência dos núcleos socioambientais e orienta as etapas de sua efetivação (§4º, art. 6º). Ademais, menciona que as contratações feitas pelos órgãos do Poder Judiciário deverão, dentre outros, adotar os critérios de sustentabilidade.

13. No caso ventilado, em razão do objeto do TR e para cumprimento dessas normas, será exigido da contratada que utilize, desde que possível, a via digital para envio de formulários, bilhetes, correspondências e todos os demais documentos decorrentes da execução do contrato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

14. Levando em consideração a necessidade contínua de Administração Pública transacionar com objetivo de desenvolver suas atividades precípuas junto aos jurisdicionados, entende-se que é coerente o requerimento acima assentado. Não se pode suspender todas os processos licitatórios até o TRE-RO estar em plena consonância com os preceitos de sustentabilidades exigidos. Esta é uma transformação morosa, pois se trata, também de mudança custosa de consciência coletiva.

15. Neste contexto, a corroborar o posicionamento expedido nos tópicos anteriores, impende fazer à colação da decisão monocrática proferido pelo Ministro Benjamim Zymler no TC-003.405/2010-9, *ipsi litteris*:

Louvável a preocupação dos gestores em contratar empresas que adotem em seus processos produtivos práticas responsáveis ambientalmente. [...] a adoção dessas restrições ambientais **deve se dar paulatinamente**, de forma que os **agentes do mercado possam se adaptar a essas** novas exigências antes delas vigorarem plenamente. Caso contrário, estar-se-ia criando uma reserva de mercado para as poucas empresas que cumprirem de antemão essas exigências, implicando violação ao princípio constitucional da livre concorrência, maiores custos e reduzidas ofertas de produtos.

16. Com essas considerações, a solicitação acima pela exigência apenas de disponibilização digital para envio de formulários, bilhetes, correspondências e todos os demais documentos decorrentes da execução do contrato, para o futuro certame, esses critérios de sustentabilidade podem ser abrigados.

IV – DO PREÇO ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

17. No *caput* do art. 6º, a IN MPOG n. 03/2015 orienta sobre a definição do preço estimado para serviços de agenciamento de viagens, *in verbis*:

Art. 6º A remuneração total a ser paga à agência de turismo será apurada a partir do valor ofertado pela prestação do serviço de agenciamento de viagens, multiplicado pela quantidade de passagens emitidas, remarçadas ou canceladas e serviços correlatos.

18. Contudo, tal regra **não é de cunho obrigatório para esta Administração**, pois as disposições contidas nas instruções normativas expedidas pelo Ministério do Planejamento têm como destinatária a Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e, portanto, não são de aplicação automática e obrigatória a este órgão, integrante do Poder Judiciário. Nesse sentido, cita-se a segura lição de Marçal, *verbis*:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

As contratações de serviços, no âmbito da União, apresentam algumas peculiaridades derivadas da edição de diversas Instruções Normativas. A questão adquiriu novos contornos em vista, especificamente, da IN nº 2, de 30 de abril de 2008 (que sofreu várias alterações), da IN nº 4, de 19 de maio de 2008 e da **IN nº 1, de 19 de janeiro de 2010**, toda editadas pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

[...]

Como é evidente, uma instrução normativa **não apresenta eficácia vinculativa similar a uma lei**. A instrução normativa veicula normas de nível infralegal e infrarregulamentar. Trata-se de normas jurídicas complementares, destinadas a orientar e padronizar a atividade administrativa.

[...]

Outra questão relevante envolve a pretensão contemplada na Instrução Normativa nº 2 (refletindo determinação contida no Dec. nº 1.094 e no próprio Dec. nº 6.081), de vincular todos os órgãos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional. Ora, uma das características inerentes às autarquias e às fundações reside na sua autonomia, cuja extensão é determinada na lei instituidora. Logo, não cabe ao Presidente da República competência para emitir normas de serviço aplicáveis às autarquias.

[...] **Esse entendimento não pode ser mantido a partir da vigência da CF/88. Portanto, deve-se reputar que o Dec. 1.094 aplica-se exclusivamente no âmbito do Poder Executivo Federal propriamente dito**, tal como se passa com a competência instituída pelo Dec. nº 6.081. **Por isso, a IN nº 2 não alcança as atividades administrativas desempenhadas por outros Poderes nem aquela desenvolvida no âmbito da Administração autárquica e fundacional.** (Marçal Justen Filho Comentários à lei de licitações e contratos administrativos, 15 ed., São Paulo, Dialética, p. 143 e 145) (negritou-se e grifou-se)

19. Destarte, a unidade solicitante não adotou a fórmula utilizada no dispositivo acima citado, optando por utilizar o valor estimado da contratação aplicado do maior desconto percentual ofertado para fornecimento de passagens aéreas, conforme itens do TR em questão:

4.1.1 Trata-se serviços comuns, posto que os padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos neste

4.1.1 Trata-se serviços comuns, posto que os padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos neste termo de referência por meio de especificações usuais no mercado, sendo certo afirmar que não haverá aferição de outros fatores que possam influenciar no preço final dos serviços. Dessa forma, com fundamento no Art. 1º da Lei nº 10.520/2010 e no Art. 1º do Decreto Federal n. 10.024/2019, entende-se que deverá ser adotada a modalidade de pregão, na forma eletrônica, **do tipo MENOR PREÇO, obtido por meio do maior desconto, por item**, sob o regime de empreitada por preço global, sob execução indireta, para a seleção da proposta mais vantajosa dos serviços pretendidos neste TR, para a qual deverá ser adotada modo de disputa por **LANCES ABERTOS, com intervalo mínimo de 0,1% (um décimo por cento) entre os lances**, na forma do Parágrafo único do Art. 31 c/c o Art. 32 do Decreto Federal n. 10.024/2019.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

20. Ademais, no item 6.1 do TR a unidade demandante considerou os valores do atual contrato, o desconto mínimo previsto, possíveis aumentos nas tarifas, a disponibilidade orçamentária para 2022, capacitações, reuniões de trabalho e outras previstas para execução das atividades do Tribunal, estimou o consumo de 250 passagens aéreas com o valor total estimado com um desconto mínimo de 14,93%, apresentando o valor líquido estimado de R\$ 283.741,00.

21. A pesquisa de mercado realizada pela SLC, no âmbito da Administração Pública, sistematizada no documento juntado ao evento 0799833, aponta que a média alcançada foi o percentual de desconto no patamar de mencionada acima.

22. Reforça a unidade COTEP no item 6.2 do TR que, na mera estimativa de gastos apresentada, o valor acima não constitui, em hipótese alguma, compromisso futuro de contratação, razão pela qual não poderá ser exigido nem considerado como valor para pagamento mínimo, podendo sofrer alterações de acordo com as necessidades do TRE-RO, sem que isso justifique qualquer indenização ao CONTRATADO.

V – CONCLUSÃO

23. No que diz respeito ao Termo de Referência (TR) nº 2/2022- PRES/DG/SGP/COTEP ([0788237](#)), verifica-se que possui os elementos essenciais definidos no **inciso XI do art. 3º do Decreto Federal nº 10.024/19**, bem como previu disposições estipuladas na Instrução Normativa n. 03/2015-MPOG. Assim, poderá ser o instrumento submetido à aprovação da autoridade competente, em atendimento ao **inciso II do art. 14** do mesmo regulamento.

24. Caso aprovado pela autoridade competente, a contratação pretendida se amolda na modalidade licitatória **pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço, obtido por meio do maior percentual de desconto ofertado**, com fundamento na **Lei n. 10.520/02** e **art. 1º, § 1º, do Decreto n. 10.024/19**, **não** sendo observado o regime de exclusividade destinado às ME/EPP's, já que o valor estimado está acima do limite previsto no **art. 6º, do Decreto 8.538, de 6 de outubro de 2015**.

25. Na busca da proposta mais vantajosa, sugere-se a divulgação do valor estimado da contratação para aplicação do desconto,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

mantendo-se a **restrição da divulgação** do percentual mínimo estimado do desconto, **nos termos do § 3º do artigo 15 do Decreto 10.024/2019**.

26. Destaca-se ainda que a minuta do contrato futuramente elaborada, receberá sua análise de conformidade com as regras da Lei n. 8.666/93, juntamente com o edital de pregão eletrônico e seus demais anexos.

27. Por fim, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que não possui aptidão para pronunciar-se acerca dos aspectos técnicos associados ao objeto.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL, Analista Judiciário**, em 23/03/2022, às 15:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SILVIA GONÇALVES DE MACEDO, Assessor Jurídico**, em 23/03/2022, às 15:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0805148** e o código CRC **B1349494**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0003590-88.2021.6.22.8000

INTERESSADO: COORDENADORIA TÉCNICA E DE PAGAMENTO - COTEP

ASSUNTO: Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de passagens aéreas ao TRE-RO.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DESPACHO Nº 304 / 2022 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo iniciado pela Coordenadoria Técnica e de Pagamento - COTEP, visando a contratação de serviço de agenciamento de viagens para fornecimento de passagens aéreas, compreendendo os serviços de cotação, reservas, marcação, remarcação, emissão, cancelamento, para trechos nacionais e internacionais, por meio de atendimento remoto (sistema de cotação e reserva on-line, e-mail e telefone) - evento [0762864](#).

Carreou-se aos autos o levantamento dos valores estimados para a pretensa contratação, empreendido pela SLC, chegando à previsão da média percentual de 14,93% de desconto, conforme pesquisa de preços ([0787629](#)), sistematizada no evento n. [0787630](#).

Consta, ainda, a solicitação de contratação ([0786882](#)), bem como, após os devidos ajustes, Estudo Técnico Preliminar ([0788235](#)) e o Termo de Referência 2 ([0788237](#)), contendo descrição do objeto, justificativa, critério de julgamento, vigência contratual, valor estimado, aderência ao planejamento orçamentário, faturamento, valor da tarifa, condições de participação, habilitação, obrigações das partes, sanções e acompanhamento e fiscalização do contrato.

O valor líquido estimado da contratação totaliza o montante de R\$ 283.741,00 (duzentos e oitenta e três mil setecentos e quarenta e um reais), considerando os valores do atual contrato, possíveis aumentos nas tarifas, a disponibilidade orçamentária para 2022, capacitações, reuniões de trabalho e outras previstas para execução das atividades do Tribunal, nos termos do item 6 do referido TR.

A COMAP concluiu pela regularidade do TR 2/2022/PRES/DG/SGP/COTEP ([0788237](#)), considerando estar de acordo com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo disposto no inciso II do art. 3º da L. 10.520/2002, inciso XI do art. 3º do Decreto Federal n. 10.024/2019 e do inciso XXIII do art. 3º da Instrução Normativa TRE-RO n. 004/2008 ([0800914](#)).

Por meio do Despacho 233 ([0800960](#)) a COFC indicou detalhadamente os valores para formalização da reserva de dotações orçamentárias no SIAFI, encartando aos autos os pré-empenhos aos eventos n. [0801097](#), [0801098](#), [0801100](#), [0801102](#), [0801104](#), [0801107](#) e [0801112](#) e juntando-se na sequência a Programação Orçamentária n. [0802968](#).

De posse dos autos a AJDG, opinou pela possibilidade de aprovação do Termo de Referência ([0788237](#)); pela autorização da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contratação pretendida por meio de licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço, obtido por meio do maior percentual de desconto ofertado; pela não aplicação de tratamento diferenciado destinado às ME/EPPs; regularidade na obtenção do preço estimado e pela divulgação do valor estimado da contratação para aplicação do desconto, mantendo-se a restrição da divulgação do percentual mínimo estimado do desconto. Ademais, destacou que a referida minuta do contrato receberá análise juntamente com o edital de pregão eletrônico e seus demais anexos ([0805148](#)).

Instada, a SAOFC se manifestou no mesmo sentido da AJDG, bem assim pela publicação do aviso do edital no DJE ([0805366](#)).

Inicialmente, registra-se que, embora tenha sido recentemente publicada a Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 (a nova Lei de Licitações e Contrato Administrativo), seu artigo 191 combinado com o art. 193 permite a utilização da Lei 8.666/93 até o decurso do prazo de dois anos após sua publicação, momento este que ocorrerá a revogação daquela lei. Neste sentido, no curso deste processo de transição serão adotadas as regras da lei antiga.

Dos autos se extrai a comprovação da necessidade da contratação, tendo em vista, como bem pontuado no item 3 do TR (0788237), o cumprimento da missão institucional do TRE-RO, em razão dos deslocamentos de magistrados e servidores para eventos preparatórios das eleições no Tribunal Superior Eleitoral, treinamentos, reuniões de trabalho, participação em eventos em outras unidades da federação, bem como prover a vinda de palestrantes, servidores, instrutores e magistrados de outras localidades para a realização ou participação em eventos.

Em razão do valor estimado da contratação (R\$ 283.741,00 (duzentos e oitenta e três mil setecentos e quarenta e um reais)) extrapolar a situação de dispensa legal e que, e por se tratar de serviço definido como comum pela unidade técnica, cujos padrões de qualidade poderão ser objetivamente definidos no edital do certame (inciso II do art. 3º do Decreto Federal nº 10.024/19) - o que se vislumbra no caso em exame, tem-se como **imperiosa a adoção da modalidade de Pregão em sua forma eletrônica**, em cumprimento ao art. 1º, § 1º, do Decreto nº 10.024/19, procedimento que foi incorporado a este Tribunal pela Portaria Nº 143/2005/TRE, salvo comprovada inviabilidade de sua utilização, devidamente justificada nos autos (art. 1º, § 4º, do Decreto nº 10.024/19).

O edital de licitação, deve estabelecer o tipo de licitação, em conformidade com o que determina o § 1º do art. 45 da Lei nº 8.666/1993,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

para a contratação dos serviços pretendidos, o qual deverá ser o de “**menor preço**”, obtido por meio do maior desconto, por item, sob o regime de empreitada por preço global, sob execução indireta, para a seleção da proposta mais vantajosa dos serviços pretendidos, conforme discriminado no **item 4** do TR.

No presente caso, é inaplicável o regime de exclusividade destinado às ME/EPP's, haja vista que o valor estimado supera os limites delineados pelo art. 6º do Decreto nº 8.538/2015, que regulamenta a Lei Complementar n. 123/06, conforme o subitem 4.2 do TR ([0788237](#)).

Quanto à sustentabilidade, o TR no subitem 3.5 prevê a exigência da utilização pela contratada, desde que possível, da via digital para envio de formulários, bilhetes, correspondências e todos os demais documentos decorrentes da execução do contrato.

No que diz respeito ao valor total estimado para suportar a despesa com a contratação, operou-se pesquisa de mercado realizada pela SLC ([0787629](#)), no âmbito da Administração Pública, sistematizada no documento de evento [0799833](#) e no item 6 do TR ([0788237](#)).

Verifica-se terem sido programados os valores correspondentes aos custos da despesa, no importe de R\$ 283.741,00 (duzentos e oitenta e três mil setecentos e quarenta e um reais), conforme programação orçamentária juntada no evento [0802968](#).

Destarte, diante do acima exposto e dos documentos e informações carreados aos autos, somados à necessidade da contratação para atender à demanda deste Tribunal no exercício de 2022, com base nas atribuições conferidas pela Portaria 66/2018:

1. Aprovo o ETP 2/2022-COTEP (0788235) e o Termo de Referência 2 ([0788237](#)), considerando que possui os elementos essenciais definidos no inciso XI do art. 3º do Decreto Federal nº 10.024/19;

2 - Aprovo o valor estimado da contratação constante da informação conclusiva de evento nº [0799833](#), em cumprimento ao item 44 do Anexo II da Portaria 101/2021/CNJ e ao Acórdão TCU 2622/2015 - Plenário;

3. Autorizo a licitação na modalidade pregão na forma eletrônica, tipo menor preço, obtido por meio do maior percentual de desconto ofertado, com fundamento na Lei n. 10.520/02 e art. 1º, § 1º, do Decreto n. 10.024/19;

4. Determino a inaplicabilidade do regime de exclusividade às ME/EPP's, porquanto seu valor estimado excede o limite



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de **R\$ 80.000,00** (oitenta mil reais), com fulcro no art. 6º do Decreto n. 8.538/2015, o qual regulamentou a LC n. 123/06;

5. Determino a aplicação dos critérios de sustentabilidade, consoante subitem 3.5 do Termo de Referência; e

6. Determino a restrição na divulgação do percentual mínimo estimado do desconto e a divulgação do preço estimado da contratação para sua aplicação, nos termos do § 3º do artigo 15 do Decreto 10.024/2019.

Ademais, frisa-se que a minuta do contrato deverá receber sua análise de conformidade com as regras da Lei nº 8.666/93, juntamente com o edital de pregão eletrônico e seus demais anexos, nos termos do item 26 do Parecer Jurídico AJDG [0805148](#).

À SAOFC para prosseguimento dos procedimentos relativos à contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **AUREA CRISTINA SALDANHA OLIVEIRA ARAGÃO, Diretor(a) Geral - Em Substituição**, em 24/03/2022, às 18:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0805696** e o código CRC **687726DD**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0003590-88.2021.6.22.8000

INTERESSADO: COORDENADORIA TÉCNICA E DE PAGAMENTO - COTEP

ASSUNTO: Minuta de Edital de Pregão Eletrônico nº xxx/2022 e Minuta de Contrato – Serviço de agenciamento de viagens para fornecimento de passagens aéreas – Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 64 / 2022 - PRES/DG/AJDG



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Coordenadoria Técnica e de Pagamento – COTEP ([0762864](#)), objetivando a contratação de serviço de agenciamento de viagens para fornecimento de passagens aéreas, compreendendo os serviços de cotação, reservas, marcação, remarcação, emissão, cancelamento, para trechos nacionais e internacionais, por meio de atendimento remoto (sistema de cotação e reserva online, e-mail e telefone), nos moldes do Termo de Referência (TR) nº 2/2022- PRES/DG/SGP/COTEP ([0788237](#)).

02. O pleito foi objeto de análise preambular desta Assessoria ([0805148](#)), oportunidade na qual esta unidade opinou pela contratação pretendida, por meio de procedimento licitatório, na modalidade pregão, na forma eletrônica, nos termos da Lei nº 10.520/02 e art. 1º, § 1º, do Decreto n. 10.024/19, pela inaplicabilidade do regime de exclusividade na participação de ME's e EPP's, porquanto o valor estimado se encontra acima do limite legal fixado no art. 6º do Decreto Federal nº 8.538, de 06/10/2015.

03. Acolhendo manifestação do titular da SAOFC ([0805366](#)), o certame foi autorizado pelo Diretora-Geral deste Tribunal ([0805696](#)), oportunidade na qual, dentre outros comandos, acolheu a inaplicabilidade do regime de exclusividade às microempresas e empresas de pequeno porte e determinou a restrição da divulgação do desconto mínimo estimados, nos termos do § 3º do artigo 15 do Decreto nº 10.024/2019.

04. A Seção de Contratos (SECONT) redigiu aos autos a minuta de contrato ([0808743](#)) para ser analisado pela AJDG juntamente com edital, em obediência ao Decisão nº 530 / 2022 - PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0806763](#)).

05. A Seção de Licitações e Compras – SLC juntou cópia da Portaria nº 173/2020, que designou Pregoeiros Oficiais deste Tribunal e a Equipe de Apoio, pelo período de um ano ([0809662](#)), e elaborou a minuta do instrumento convocatório ([0809663](#)).

06. Assim instruídos, mediante Remessa nº 54/2022 – PRES/DG/SAOFC/SLC ([0809664](#)), os autos foram enviados a AJDG para análise das minutas mencionadas. **É o necessário relato.**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II – ANÁLISE JURÍDICA

07. Preliminarmente, importante lembrar que a análise a seguir empreendida limita-se aos aspectos legais envolvidos no procedimento em exame, não cabendo a esta unidade jurídica adentrar nos aspectos técnicos e econômicos, nem no juízo de oportunidade e conveniência da contratação pretendida.

08. Verifica-se que a minuta do edital em análise ([0809663](#)) contemplou as regras gerais e específicas aplicáveis à contratação. Ademais, verificam-se satisfeitos os requisitos da Lei nº 8.666/93, notadamente em seu art. 40 e da Lei nº 10.520/02, esta última regulamentada pelo Decreto Federal nº 10.024/2019, bem como a inserção das demais regras gerais e específicas aplicáveis à licitação, decorrentes da legislação regedora.

09. E, como se trata de prestação de serviço de agenciamento de viagens para fornecimento de passagens aéreas, as propostas e os lances serão ofertados **POR ITEM**, considerando o **PERCENTUAL DE DESCONTO - item 5.2.1 do Edital**.

10. Há destaque quanto à comprovação de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, (subitens 9.1, 9.2, 9.5), bem como ao cumprimento do disposto no art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal (contração de menores de 18 anos) via declaração firmada pela licitante, a qual deverá ser enviada pela mesma através do próprio Sistema Eletrônico do COMPRASNET (subitem 9.6, letra d).

11. Ainda, observa-se que o referido instrumento do edital consignou, de **forma expressa**, no **item 15.10 a não divulgação** do percentual estimado do desconto, tornando público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances, deste pregão, conforme determinada na enumeração 6 do Despacho nº 304/2022 - PRES/DG/GABDG ([0805696](#)), nos termos do art. 15, §2º, do Decreto 10.024/19.

12. Por sua vez, constata-se que **minuta do contrato** ([0808743](#)) foi redigida em consonância com as disposições do Temo de Referência e com as demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, e se encontra em conformidade com a legislação de regência, notadamente à Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, estando apta, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

13. Por fim, sugere-se, também, a SLC e SECONT revisão do texto do instrumento convocatório antes de sua publicação, com intuito de corrigir possíveis erros redacionais e de estrutura no seu texto.

III – CONCLUSÃO

14. Isso posto, para cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos das minutas do **Contrato** ([0808743](#)) e do **Edital** e seus anexos ([0809663](#)), estando o instrumento apto a desencadear a fase externa do certame competitivo.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL, Analista Judiciário**, em 06/04/2022, às 17:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SILVIA GONÇALVES DE MACEDO, Assessor Jurídico**, em 06/04/2022, às 17:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0812595** e o código CRC **06022897**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0003590-88.2021.6.22.8000

INTERESSADO: COORDENADORIA TÉCNICA E DE PAGAMENTO

ASSUNTO: **Análise final de processo licitatório – Pregão Eletrônico n. 12/2022.** Serviços de agenciamento de viagens para fornecimento de passagens aéreas – Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 21 / 2022 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I - RELATÓRIO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

01. Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Coordenadoria Técnica e de Pagamento – COTEP, objetivando a contratação de serviço de agenciamento de viagens para fornecimento de passagens aéreas, compreendendo os serviços de cotação, reservas, marcação, remarcação, emissão, cancelamento, para trechos nacionais e internacionais, por meio de atendimento remoto (sistema de cotação e reserva online, e-mail e telefone), nos moldes definidos pelo **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 2/2022 - PRES/DG/SGP/COTEP (0788237)**.

02. A minuta de contrato ([0808743](#)) e a de Edital de Pregão Eletrônico ([0809663](#)), foram objetos de análise da Assessoria pelo Parecer Jurídico n. 64/2022 - PRES/DG/AJDG ([0812595](#)), recebendo sua aprovação juntamente com seus anexos, consoante dispõe o parágrafo único do artigo 38 da Lei Geral de Licitações e Contratos.

03. Realizadas a fase interna e iniciada a fase externa do Pregão Eletrônico n. 12/2022 ([0812818](#)) por meio de sua publicação, conforme documentos comprobatórios de sua divulgação juntado ao evento [0813578](#).

04. Não houve impugnações ao edital. Registrou-se, todavia, 1 (um) pedido de esclarecimento sobre a forma de pagamento ([0814693](#)) devidamente respondido e divulgados no sistema COMPRASNET ([0815854](#)).

05. Na sequência, vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

a) o relatório de propostas do sistema COMPRASNET ([0820903](#));

b) Diversos documentos de proposta e habilitação da licitante BILACORP VIAGENS E TURISMO LTDA, CNPJ n. 27.829.511/0001-77 ([0822291](#); [0822302](#), [0822306](#), [0822339](#), [0822341](#), [0822345](#), [0822346](#), [0822348](#) e [0822349](#)) os quais foram submetidos à análise da COTEP e da Seção de Contabilidade Analítica (SECA), sendo que esta última unidade solicitou a apresentação do Balanço Patrimonial da empresa para análise da qualificação econômica-financeira exigida pelo edital. Conforme noticiado pelo Pregoeiro ([0822357](#)), a licitante não cumpriu a referida diligência, motivo pelo qual restou



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

inabilitada, fato regularmente divulgado e registrado na ata do certame ([0823318](#))

b) Na sequência, vieram aos autos os documentos de proposta e de habilitação da licitante L.A VIAGENS E TURISMO LTDA, CNPJ n. 04.613.668/0001-65 ([0822291](#); [0822302](#), [0822306](#), [0822339](#), [0822341](#), [0822345](#), [0822346](#), [0822348](#) e [0822349](#)), de igual forma submetidos à análise da COTEP e da Seção de Contabilidade Analítica (SECA) que, ao final, atestaram, respectivamente, a habilitação técnica ([0822872](#)) e a qualificação econômico-financeira ([0822969](#)) da licitante nos termos exigidos pelo edital do certame;

c) Ata do Pregão Eletrônico n. 12/2022 ([0679064](#));

d) Termo de adjudicação do item único do certame à licitante L.A VIAGENS E TURISMO LTDA ([0823321](#)) e o comprovante do envio do resultado de julgamento para publicação ([0823324](#)), depois comprovado pelos documentos juntados no evento [0824108](#).

06. Por fim, o Pregoeiro relata as principais ocorrências do certame em seu Relatório n. 27/2022 ([0823441](#)). Assim instruídos, os autos foram remetidos a esta AJSAOFC para análise dos atos praticados no certame com vistas a sua homologação pela autoridade superior.

É o relatório.

II – ANÁLISE JURÍDICA

07. Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do art. 25 do Decreto Federal n. 10.024/19, dando-se a devida divulgação do aviso de licitação, com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas, em atendimento ao disposto no citado Decreto.

08. Na publicação do aviso consta a definição do objeto e a indicação do local, dias e horários em que poderá ser obtida a íntegra do Edital e o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, com a data e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

hora de sua realização, em observância ao art. 25 do Decreto Federal nº 10.024/19.

09. Passa-se à análise do procedimento propriamente dito, tomando-se os elementos constantes dos autos, inclusive em relação ao recurso interposto, senão vejamos:

a) Pedido de esclarecimentos e impugnação ao

Edital: Como constou do relato, não houve impugnações ao edital. Registrou-se, todavia, 1 (um) pedido de esclarecimento sobre a forma de pagamento ([0814693](#)) devidamente respondido e divulgados no sistema COMPRASNET ([0815854](#)).

b) Desclassificação da proposta de forma sumária – item 6.2 do edital: Não houve.

c) Lances: Os estão registrados em demonstrativos do sistema COMPRASNET ([0820903](#)) e todos os lances de cada item na ata do pregão ([0823318](#)). Não houve recusa de lances.

d) Item deserto: Não houve.

e) Cancelados na aceitação: Não houve.

f) Aceitação/negociação: Nesta fase o Pregoeiro negocia com as licitantes, via Sistema Eletrônico – *chat* - a redução do lance ou da proposta mais vantajosa, na tentativa de obter preço ainda melhor, observado o critério de julgamento. Não houve negociação porque a empresa vencedora do certame apresentara proposta com valor inferior ao estimado e optou por não se manifestar nessa fase negocial, conforme registradado no quadro juntado no item 5.3 do Relatório do pregoeiro ([0823441](#)), cujos elementos demonstram a aplicação acertada e objetiva dos critérios de aceitação de proposta estabelecidos no instrumento convocatório.

g) Fase de Habilitação: Nessa fase houve a **inabilitação** da licitante BILACORP VIAGENS E TURISMO LTDA, CNPJ n. 27.829.511/0001-77, que não apresentou documento exigido pelo pregoeiro para comprovar sua qualificação econômica-financeira, na forma prevista pelo item 9.4, "b", do edital do certame.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A 2ª colocada, L.A VIAGENS E TURISMO LTDA, CNPJ n. 04.613.668/0001-65, teve seus documentos analisados e foi habilitada em razão do atendimento de todas as exigências editalícias.

h) Dos Recursos: Não houve.

10. Registra-se que os prazos recursais se acham vencidos pelas preclusões temporal e lógica, em face do disposto no inciso XX do art. 4º da Lei n. 10.520/02, já que houve oportunidade e exercício de manifestação recursal contra os atos do Pregoeiro, **hipótese em que a lei autoriza a adjudicação do objeto licitado à vencedora.**

11. O procedimento licitatório em comento foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso, fato que foi alcançado, pois em relação ao valor inicialmente estimado obtiveram uma economia.

12. O procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata do Pregão Eletrônico 12/2022 ([0823318](#)).

13. Nessa linha, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da Lei n. 8.666/93 e da Legislação correlata ao pregão, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

III – CONCLUSÃO

14. Ante o exposto, e por tudo o que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica opina pela **homologação** do certame, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação ([0823321](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei n. 10.520/02, nos moldes já especificados.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor Jurídico**, em 09/05/2022, às 12:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0826006** e o código CRC **D68D89AE**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0003590-88.2021.6.22.8000

INTERESSADO: Coordenadoria Técnica de de pagamento (COTEP)

ASSUNTO: Homologação do Pregão Eletrônico n. 12/2022 - Contratação de Pessoa Jurídica especializada na prestação de Serviços de agenciamento de viagens para fornecimento de passagens aéreas.

DESPACHO Nº 529 / 2022 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Coordenadoria Técnica e de Pagamento – COTEP, objetivando a contratação de serviço de agenciamento de viagens para fornecimento de passagens aéreas, compreendendo os serviços de cotação, reservas, marcação, remarcação, emissão, cancelamento, para trechos nacionais e internacionais, por meio de atendimento remoto (sistema de cotação e reserva online, e-mail e telefone) ([0762864](#)).

O Pregoeiro trouxe aos autos relatório de propostas ([0820903](#)), a ata do certame ([0823318](#)), termo de adjudicação ([0823321](#)) e publicação do resultado o Diário Oficial da União e no Diário da Justiça Eleitoral ([0824108](#)). Por fim juntou o Relatório n. 27/2022-PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0823441](#)), expondo as principais ocorrências do certame e encaminhou os autos à Assessoria Jurídica da Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade para análise ([0823446](#)).

Houve um pedido de esclarecimento ao edital o qual foi devidamente respondido e publicado ([0815854](#)), não havendo impugnação ao edital, bem como não houve desclassificação de propostas nem registro de intenção de recurso, de modo que o pregoeiro efetuou a adjudicação, conforme evento [0823321](#).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Dos autos se extrai que houve a inabilitação da licitante BILACORP VIAGENS E TURISMO LTDA, CNPJ n. 27.829.511/0001-77 ante a não apresentação do documento exigida pelo pregoeiro para comprovar sua qualificação econômico-financeira, na forma prevista pelo item 9.4, "b", do edital do certame, ao passo que a 2ª colocada, L.A VIAGENS E TURISMO LTDA, CNPJ n. 04.613.668/0001-65, teve seus documentos analisados e foi habilitada em razão do atendimento de todas as exigências editalícias.

Mediante parecer jurídico n. 21/2022 ([0826006](#)) a Assessoria Jurídica da SAOFC opinou, em síntese, pela homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação ([0823321](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02.

Vieram os autos a esta Diretoria-Geral, para análise final do processo licitatório, com vistas a homologação do Pregão Eletrônico nº 12/2022 ([0823318](#)).

Verifica-se que no dia e horário marcados, o Pregoeiro abriu a sessão, registrando a presença de catorze licitantes no certame, que apresentaram lances para o item nos termos registrados nos demonstrativos do sistema COMPRASNET ([0820903](#)), bem como na ata do pregão ([0823318](#)). As propostas vencedoras foram consideradas abaixo do estimado, não havendo redução do valor, após a fase de negociação ([0823441](#)).

Cumpridas as fases de julgamento e de habilitação, o Pregoeiro declarou vencedora do certame a licitante L. A. VIAGENS E TURISMO LTDA, CNPJ 04.613.668/0001-65, a qual ofertou desconto de 19% (dezenove por cento) e cumpriu todos os requisitos de habilitação. Não havendo registro de intenção de recurso, o Pregoeiro adjudicou o objeto à vencedora. Valor total do certame R\$ 270.165,99 (duzentos e setenta mil cento e sessenta e cinco reais e noventa e nove centavos) ([0823320](#)).

Analisados os documentos que compõem os autos e os fundamentos contidos na conclusão do parecer jurídico supracitado ([0826006](#)), constata-se que foram obedecidos os princípios e procedimentos das Leis n. 8.666/93 e n. 10.520/2002 e do Decreto n. 10.024/2019, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório.

De modo geral, observa-se que o procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública ([0823318](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria GP n. 66/2018, **HOMOLOGO O PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO n. 12/2022**, com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, consoante Termo de Adjudicação ([0823321](#)).

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à SLC para juntar o extrato de homologação nos presentes autos.

Por fim, devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 09/05/2022, às 17:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0826429** e o código CRC **E0A51441**.